

O português no mundo

Um dos mais prestigiosos lingüistas do nosso idioma, professor (jubilado) da Universidade do Rio de Janeiro, que recentemente o homenageou, defende alguns pontos de vista não coincidentes com os aqui expostos por Coimbra Martins.

Como leitor habitual do “JL”, vi na sua edição de 9 a 15 de fevereiro, um artigo, que me tocou, do eminente professor Coimbra Martins, sob o título “Perspectivas Lingüísticas”, e que me sugere alguns comentários.

O artigo tem como centro de interesse o relatório do deputado Klaus Hänsch, já aprovado pelo Parlamento Europeu, a respeito da concepção e estratégia da União Européia. Segundo Coimbra Martins, “um dos problemas mais melindrosos que esse relatório aborda é o das línguas”. Vou procurar acompanhar os pontos que me parecem básicos na exposição do prof. Coimbra Martins.

Ficamos então informados que há nove línguas oficiais na Comunidade, uma das quais é o português. O sistema tem funcionado satisfatoriamente, mas resta sempre o problema das línguas que ficaram “de fora”. Para contornar o obstáculo, propõe o relatório Hänsch uma divisão das línguas em dois grupos: línguas de locução e línguas de audição. Cada deputado falará na sua própria língua, mas a tradução só se fará para um número restrito de línguas, três ou quatro, que ficariam numa situação de privilégio. Assim cada deputado teria de dominar pelo menos duas línguas: obviamente a sua, materna, e uma outra dentro do leque das privilegiadas. Contudo, na prática, não haverá *omnilingüismo* e sim *bilingüismo*, pois a segunda língua, sinal dos tempos, será de modo geral o inglês.

Salienta Coimbra Martins: “os deputados britânicos não falam senão o inglês. E todos os outros lhes falam em inglês”.

Mais adiante dirá: “O inglês tornou-se língua franca, e no processo deteriorante que estão atravessando as línguas, em virtude da aceleração da comunicação, é o inglês que sofre menos; todas as outras acusam o choque do inglês e se deixam penetrar pelos seus termos, fórmulas, neologismos e idiotismos”. Portanto conclui muito bem o prof. Coimbra Martins: “No fundo, e talvez sem plena consciência disso, Klaus Hänsch admite o seguinte: todos falarão a sua língua, mas a de comunicação será o inglês”.

Passando a uma outra perspectiva, de cunho mais geral, focaliza Coimbra Martins uma situação que chama paradoxal: de um lado o alargamento do raio de expansão das línguas “dominantes”, de outro a emergência do fogo subterrâneo de línguas de cultura mais fechada que reclamam um lugar ao sol. A observação parece-me de total pertinência, mas tiro daí conclusões que não se ajustam adequadamente às do ilustre professor. Detém-se então, nesse entrecho na língua portuguesa, o que é mais fácil de compreender. Para enfrentar a já patente hegemonia do anglo-americano, propugna uma terapia pedagógica, qual a do “próprio cuidado eficaz da língua materna”. Refere que “hoje, haverá muito mais portugueses com um conhecimento médio ou medíocre da língua portuguesa”. Constato que tal fato lamentável também se dá no Brasil, onde, em nome de uma cultura popular (já não se trata propriamente de “abrasileiramento”), se quer derrubar a norma culta. No entanto, quando esses mesmos pontífices vão aprender o inglês, por exemplo, fazem questão de aprender a norma culta do inglês e não a popular.

Parece-me que Coimbra Martins tem uma concepção muito rígida da forma e conteúdo das culturas. Diz por exemplo: “O bilinguismo, ou melhor, a aproximação do bilinguismo e do trilinguismo deveria induzir a uma explicação do contraste entre as línguas em convívio e *da irredutibilidade de cada uma delas* (o grifo é meu). Em suma, conviria uma pedagogia que tornasse a coexistência das línguas em fator de recíproca inviolabilidade, e não de interferência”. E, para o final, temos esta confirmação: “De forma que antes veríamos o empenho na língua materna como definição rigorosa de um padrão exclusivamente português (*sic*), tratado e polido enquanto tal, sem o pensamento posto em acordos que a segurassem noutros continentes”.

Existe nessas linhas uma espécie de “isolacionismo linguístico”, ao qual evidentemente não podemos aderir. E recoloca-se a velha questão do Portugal atlântico ou europeu, da oceanidade e da continentalidade. A resposta fácil seria a da conciliação: Portugal europeu e atlântico. Resposta fácil e correta.

Portugal está plantado no solo europeu, onde cresceu e vicejou; muitos dos seus historiadores já se debruçaram sobre os documentos para lhes desvendarem as origens pré-romanas, romanas, árabicas e até judaicas. Mas a força jovem do seu tronco robusteceu-se tanto, que veio a ramificar e frutificar em terras do além-Atlântico.

Portugal mediterrâneo e europeu, animado pelo espírito das cruzadas, encontrou o seu termo de progressão *versus* o Oriente na tragédia de Alcácer-Quibir. Mas à sua vocação de semeador de mundos estava aberta a imensidão dos mares atlânticos, ao mares nunca de antes navegados do sublime cantor da epopéia marítima portuguesa. Ou, para falar com outro predestinado: A Europa.

Fita, com olhar esfíngico e fatal,
 O Ocidente, futuro do passado.
 O rosto com que fita é Portugal.

Não só, porém, os poetas, os visionários, vêem e antevêem as glórias atlânticas dos portugueses. Os homens de ciência, mergulhados na reflexão contínua e objetiva dos dados recolhidos, afinam no mesmo diapasão. O saudoso, sábio e prudente Orlando Ribeiro agasalhou e difundiu esta máxima geopolítica de Pequito Rebelo: “Portugal é *mediterrâneo* por natureza, *atlântico* por posição”. E o injustamente um tanto esquecido Mendes Corrêa deixou-nos isto em sua *Raízes de Portugal*: “Mas a posição atlântica de Portugal, a sua posição sul-ocidental em relação à Europa, o seu caráter de oceanidade, em face da continentalidade estepária das Castelas, valem mais do que tudo isso como elementos de diferenciação política e de desenvolvimento próprio”.

Quer-nos parecer, portanto, que a nova defesa da língua portuguesa, em face do avassalador hegemonismo anglo-americano, não se situa na linha do isolacionismo, do exclusivismo, no recolhimento ao útero da língua materna. Muito pelo contrário.

Joseph Vendryes, um dos mais lúcidos representantes da escola francesa de Lingüística, em seu clássico *Le Langage*, refere-se a uma oposição que fazem os italianos entre a *lingua del pane* e a *lingua del cuore*.

A *lingua del cuore* é a da oralidade, do falar quotidiano, da pequena comunidade, da aldeia, da conversa ao pé do fogo, das canções populares, daquilo que o sociólogo norte-americano, durante algum tempo sediado no Brasil, Donald Pierson, chamou “cultura de *folk*”, opondo-a à cultura de mais amplo horizonte ecumênico, dita *urbana*. Serafim da Silva Neto, que, na sua *Introdução ao Estudo da Língua Portuguesa no Brasil* trouxe à baila o depoimento de Pierson, dele transcreve as seguintes linhas: “Enquanto os hábitos e as tradições dirigem a vida do *folk*, o controle dos costumes está rompido na cidade grande, havendo aí oportunidade para uma ampla margem de relações e para mudança de *status*”. Esta língua de *folk* é a língua da cultura.

A impropriamente dita *lingua del pane*, talvez melhor a *do trabalho*, é a das grandes realizações culturais de um povo, geralmente consubstanciadas na forma escrita e usada nos estudos universitários, nos parlamentos, nos editoriais da grande imprensa, nos púlpitos, nas variadas manifestações do saber adquirido e não simplesmente transmitido. É a língua de cultura.

É nesse plano que poderemos e deveremos competir com as grandes *línguas de cultura* do nosso tempo, particularmente o inglês, o russo, o árabe, o espanhol, o chinês (pelo número de falantes), a que acompanham, evidente-

mente, o francês, o alemão, o italiano, o japonês. Portugal e Brasil, a que agora se juntam as chamadas jovens nações africanas, possuem em comum rico, inestimável e poderoso patrimônio cultural. Têm como se apresentar condignamente à face do mundo. Economicamente ainda não somos uma potência, mas, sem dúvida, um potencial. As riquezas do Brasil (infelizmente ainda *no* Brasil e não verdadeiramente *do* Brasil) despertam a cobiça dos que sabem fazer dinheiro e, unidas à do solo africano, poderão dar ao mundo da lusofonia a base econômica dia-a-dia mais necessária. O progresso tecnológico, que torna cada vez mais fina a malha dos *mass media*, nos obriga a reivindicações e posições firmes, que não deixem soçobrar a nossa casta linguagem ante uma língua veicular que não tem raízes em nossos corações. E que a reduza a lamentos de viola ou bailaricos de sanfona em noites festivas de luar. O português é isso sim, mas também é muito mais.

Penso que, neste ponto, cabe incluir o *Instituto Internacional de Língua Portuguesa*, criado no Brasil em São Luís do Maranhão, com a presença do então presidente José Sarney, e do seu ministro da Cultura, José Aparecido de Oliveira, inspirador do projeto e, para felicidade nossa, atual embaixador em terras de Portugal, contando ainda a cerimônia com a honrosa presença do Presidente Mário Soares. Creio que, no âmbito internacional, muito poderá fazer o Instituto (que, diga-se de passagem, parece-me deveria ter sede em Lisboa, símbolo da fraternidade lusíada) pela necessária afirmação da língua portuguesa nos fóruns internacionais, graças à criação de instrumentos hábeis ao seu fortalecimento como língua de cultura, em nível de igualdade com as das suas co-irmãs.

(JL, 02/03/1993)

*

As línguas de cultura no limiar do terceiro milênio

Língua, linguagem e cultura(s) num denso e magnífico texto de um prestigioso professor e eminente linguísta brasileiro

1 – A palavra *cultura* sofre de penosa polissemia. No sentido originário, prende-se ao radical do verbo latino *colo*, com o sentido duplo de “trabalhar o solo” e de “morar, habitar”, sentidos que se encontram respectivamente nos vocábulos latinos *agrícola* e *íncola*. Desse significado inicial, passou, metaforicamente, ao significado de “cultivar o espírito”, de fazer germinar em